

gia, importa não exagerar o seu alcance e não alimentar optimismos ingénuos. A falta no país — seja qual for o domínio considerado — de qualquer organismo empenhado na investigação sociológica fundamental continua a constituir um óbice muito poderoso ao desenvolvimento da Sociologia em Portugal. Óbice que também funciona, como tal, em relação à Sociologia universitária, visto que a priva do «viveiro» onde poderia ir recrutar ou onde poderiam materialmente apoiar-se os seus professores.

5. Fala-se cada vez mais de sociologia em Portugal. Em parte, decerto, por influência de ideias vindas «de fora». Mas também, com certeza, porque dia a dia é mais ampla a consciência de que Portugal é uma sociedade em profunda e rápida transformação e que, nesta transformação, se levantam, nos mais variados campos, problemas cuja clara definição e eficiente resolução têm de partir de um conhecimento objectivo e rigorizado da própria realidade social e das mutações que está sofrendo.

A Sociologia já progrediu — nos seus métodos e nas suas concepções teóricas — o bastante para poder fornecer, ao entendimento das transformações em curso, à equação de muitos dos problemas que vão surgindo e à elaboração de medidas destinadas a enfrentar a resolução desses problemas, um contributo valioso e mesmo, em certos campos pelo menos, indispensável à correcção dos esquemas interpretativos e das decisões práticas. Mas, para que tal contributo venha a efectivar-se, necessário é que se lhe criem — na Universidade e fora dela — condições muito diferentes daquelas em que, por enquanto, se encontra. Supomos ter deixado sugeridos os aspectos principais dessas condições.

Alfredo
de
Sousa

A “preocupação económica” no Desenvolvimento Comunitário

1. Uma das razões por que o Desenvolvimento Comunitário (D.C.) tem tido bastante aceitação, como o demonstra a lista de projectos sucessivamente crescente que as Nações Unidas apontam, é que ele é olhado como uma técnica eficaz de promoção do crescimento económico a baixo custo. O D.C. é frequentemente

encarado como uma técnica de última moda, uma quase panaceia para o subdesenvolvimento, resolvendo simultaneamente os graves problemas de carácter económico e social das comunidades atrasadas.

Contudo, por carência de afinamento operacional da «teoria» do D.C., por dificuldades de estabelecimento adequado dos programas (em pessoal, em meios financeiros, etc.) e até porque a avaliação dos frutos dos programas é difícil, têm-se levantado dúvidas sobre se esta técnica de desenvolvimento tem oferecido resultados proporcionais aos meios que se empregaram ou às esperanças que nela se depositaram. Sobretudo os responsáveis pela política económica de formação positivista opinam (e frequentemente assim agem) que é preciso adoptar políticas de desenvolvimento capazes de, comportando as vantagens dos métodos D.C., oferecerem resultados visíveis e a curto prazo. Dentro deste espírito, não causa surpresa ouvir dizer a um economista: «se o Desenvolvimento Comunitário realmente não «desenvolve», então deixem essa designação e passem a considerar tal método como assistência social comunitária!» É claro que caberia aqui discutir o que se entende por «desenvolvimento»; supomos que na intenção do autor da afirmação, desenvolvimento equivale a crescimento, o que não parece ser inteiramente certo. Em todo o caso revela um certo tipo de mentalidade e uma crítica.

2. Nessa linha de preocupações, o Instituto Internacional dos Países em Vias de Desenvolvimento da Universidade de Toulouse adoptou um «método específico» de D.C., que está fazendo os seus primeiros ensaios em Ordino (Principado de Andorra) e no Rif (Marrocos) e visa estender-se a outros países e outros continentes.

Os princípios deste método específico são vários; alguns coincidem literalmente com os proclamados pela política de D.C. de aceitação internacional e corrente, e outros insistem sobre aspectos implícitos na filosofia do D.C.

Os princípios básicos são os seguintes:

Rentabilidade a curto e médio prazos. Os planos de D.C. necessitam de ser rentáveis a curto e médio prazos (de 1 a 3 ou 4 anos), devendo cuidar-se desde início que os resultados dos programas sejam rigorosamente controláveis do ponto de vista da sua rentabilidade.

Empirismo do método. O método a aplicar deve ser inteiramente empírico, adequando-se às necessidades da população concreta e não prosseguindo qualquer plano ideal. A avaliação dos resultados mediante inquéritos periódicos à população permitirá examinar a boa ou má orientação do programa e ir adaptando a acção aos objectivos.

Globalidade do programa. Todas as actividades se interpenetram e todas são inter-influentes. Portanto, na promoção do desenvolvimento das comunidades, não se pode cuidar apenas de um aspecto deixando descurados os outros, pois seria mais difícil o desenvolvimento, e, a realizar-se, este poderia ser desequilibrado. Além disso, um dos objectivos do D.C. é a utilização óptima de todos os recursos disponíveis pela comunidade, incluindo os recursos humanos.

Participação da população. A população deve participar activamente, elaborando, preparando e executando os programas de D.C. É posto à disposição da comunidade um conjunto de especialistas organizados sob a forma de uma equipa de D.C.; esta equipa deve estar estreitamente associada à população e trabalhar em conjunto com ela.

Zonas-piloto. Uma das características deste «método específico» é que os programas de D.C. destinados a regiões subdesenvolvidas ou deprimidas devem ser aplicados estrategicamente em determinados pontos ou sub-regiões representativos do conjunto. Estes pontos privilegiados de aplicação seriam os chamados projectos-pilotos e que serviriam como meio de experimentação e de demonstração.

Baixo custo dos programas. Propondo apenas uma equipa de 10 especialistas e a oportunidade de seleccionar os investimentos, segundo a sua rentabilidade, este método específico pode oferecer custos de execução bastante baixos.

3. Supomos que há a salientar duas características deste método específico de D.C.

Em primeiro lugar, a preocupação da rentabilidade e da sua avaliação. O sucesso de um programa deve ser traduzido por indicadores e ser susceptível de exame. O crescimento económico será, por seu lado, o «test» básico de um programa de D.C.; se este for conseguido aos mínimos custos financeiros e humanos, os objectivos do programa de D.C. terão sido atingidos.

É certo que os recursos dos países ou regiões subdesenvolvidas são escassos e, portanto, devem ser aplicados naqueles projectos que ofereçam o maior grau de reprodutividade. Neste sentido, o critério adoptado por este «método específico» é aceitável. Simplesmente (retomamos uma questão atrás aludida) o crescimento — mesmo aos menores custos humanos — não se identifica necessariamente com desenvolvimento, embora lhe sirva de base. Por outro lado, os programas no domínio do desenvolvimento nem sempre têm tradução numérica e, sobretudo aqueles que se referem às estruturas humanas, somente são visíveis a longo prazo. Os critérios de avaliação adoptados são sempre empíricos e perfeitamente discutíveis.

Em segundo lugar, os programas de D.C. executam-se através de projectos-piloto em pontos representativos. Como já se apontou, esta orientação obedece a uma dupla preocupação:

— Experimentar quais os processos e instrumentos mais eficazes para o desenvolvimento das comunidades da região: aí é possível, suposta uma constante avaliação, ir ensaiando quais os melhores estímulos, quais os campos de acção de maior sucesso, quais as reacções e, enfim, qual a melhor orientação. Como o ponto do projecto-piloto é representativo da região ou da sub-região, então os métodos ensaiados e de melhor sucesso poderão ser aplicados na restante zona com efeitos mais seguros e com menores hesitações e tratamentos.

— Os projectos-piloto servem ainda como demonstração em relação às restantes comunidades da região. As transformações operadas e os resultados alcançados pelo esforço da comunidade-piloto provocam efeitos de demonstração, isto é, as outras comunidades começam a ver que o seu estado de atraso ou depressão não é inelutável e que, mediante um esforço, é possível conseguir melhorar a sua situação. Daí que procuram copiar os métodos e alcançar, eventualmente, um igual clima dinâmico de trabalho.

4. As ideias-base são indiscutivelmente justas e operacionais. Porém, julgam-se pertinentes algumas observações, em relação à segunda característica: projectos-piloto.

As homogeneidades sócio-económicas das regiões ou zonas não costumam ser mais do que abstrações cómodas do cientista social e muito úteis nas análises e deduções lógicas. Mas converter as categorias lógicas em categorias operacionais já não faz muito sentido. Por isso, a transposição dos processos e instrumentos de D.C. aplicados no projecto-piloto para a restante zona demanda cuidadosa ponderação, embora, certamente, a segurança possa ser maior em virtude da experiência adquirida.

Por outro lado, o uso dos projectos-piloto como «pólos indutores» de desenvolvimento noutras comunidades pode ser realmente um processo eficaz, na condição de se verificarem duas circunstâncias: não aplicar nos projectos-piloto recursos maiores do que os disponíveis pelas restantes comunidades e existirem as condições infra-estruturais de comunicação (no sentido global que lhe atribui Max WEBER. Com efeito, se no projecto se aplicam recursos especiais, os resultados poderão ser outros e maiores do que os conseguidos noutras comunidades sem aqueles recursos; então o modelo não é transponível. As experiências dos colonatos do Limpopo e da Cela não são «imitáveis», salvo se o Estado voltar a aplicar os mesmos caudais de investimento. Se não existirem (ou se não criarem concomitantemente) as condições de comunicação global, os efeitos indutores do pólo não se propagam ou

são distorcidos. Ora, precisamente a criação da comunicabilidade económica, técnica, social e humana é uma das funções que podem ser cometidas ao D.C.

5. É possível, pois, deduzir que o «método específico» proposto pelo Instituto Internacional da Universidade de Toulouse não apresenta especificidades que o distingam notavelmente dos métodos correntes de D.C., salva a sua clara e dominante «preocupação económica» de resultados a curto e médio prazo. Todavia, representa um esforço precioso de racionalização e de operacionalização no domínio dos projectos de D.C., que tanta vez enfermam de serem um pouco teóricos ou projectos de fachada, como se concluiu há bem pouco tempo com os programas levados a efeito na Etiópia.

*João
Moura*

A O. C. D. E. e as políticas de rendimentos

1. O interesse pela estabilidade dos preços tem-se generalizado a um grande número de países, sobretudo porque a sua subida pode constituir um perigo em relação a objectivos que, em regra, preocupam os governos: crescimento económico, pleno emprego, etc.

Na Europa, a persistente alta de preços que se tem mantido nos últimos anos, levou o Comité de Política Económica da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos a confiar a um grupo de trabalho, no início de 1962, o estudo do problema e, em especial, a difusão das medidas que os vários governos têm adoptado com vista a assegurar a estabilidade geral dos preços e dos custos.

Verificou aquele Comité que, fundamentalmente, existem três tipos de medidas: as que tendem a limitar certas categorias de procura, para evitar o aparecimento de excessos de procura em sectores particulares; as que se destinam a acelerar a adaptação da oferta quando se verificam tais excessos de procura (aumento da mobilidade da mão-de-obra, política de investimentos orientada para determinados sectores, etc.); as que influem na formação dos rendimentos e dos preços.

Actualmente, porém, dentro da O. C. D. E., o Comité da